

**DESAFIOS PEDAGÓGICOS PARA A INCLUSÃO DO AUTISMO NAS
ESCOLAS REGULARES**

Naiara Lopes De Oliveira

naiara.lopes@hotmail.com

Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande

Wileid Souza dos Santos

wileid_souza@hotmail.com

Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande

Maria Anita Pacheco

pacheco.nita@gmail.com

Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande

Eixo Temático: Olhares das políticas públicas e da gestão na garantia dos direitos das
crianças.

Categoria: Comunicação Oral

RESUMO

Este artigo aborda os desafios pedagógicos da inclusão dos alunos com autismo, na escola regular. Embora as leis atuais defendam este modelo educacional como prioritário e às vezes até mesmo obrigatório, é possível constatar que os processos de inclusão sem a formulação de políticas públicas e de adaptações têm sido a pior das exclusões. Para que os autistas sejam beneficiados pela inclusão educacional, é preciso contar com programas educacionais específicos que incluam a formação consistente da equipe pedagógica e orientação familiar.

Palavras-chave: Autismo. Trabalho pedagógico. Inclusão. Educação

INTRODUÇÃO

Segundo Magalhães et. al. (2013) a procura por uma educação igualitária esta dentro do atual contexto educacional, principalmente quando se refere à inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Apesar da grande discussão em torno dessa temática, ainda existe muitas limitações quanto à prática da inclusão. Quando falamos de inclusão do autista no ensino regular nos deparamos com desafios pedagógicos.

O autismo é uma desordem comportamental com a etiologia todavia desconhecida, na qual o principal sintoma é um déficit severo no contato social, esses déficits surgem nas primeiras idades do indivíduo e ao longo da vida. (CAMARGOS, 2002)

Segundo Cruz (2009) o acesso das crianças com autismo ao ensino regular tem sido um grande desafio aos profissionais da escola para atender às necessidades especiais dessas crianças e possibilitar a elas o acesso ao conhecimento escolar.

Este trabalho visa a descrever e analisar aspectos do trabalho pedagógico desenvolvido com uma criança com autismo no ensino regular e tem como base a pesquisa bibliográfica, pois a mesma oferece meios que auxiliam na definição e resolução dos problemas já conhecidos, como também permite explorar novas áreas onde os mesmos ainda não se cristalizaram suficientemente, e terá como fonte livros, periódicos e artigos. De forma a tornar essa pesquisa qualitativa utilizamos a observação e uma entrevista individual e semi estruturada a uma professora que trabalha com duas turmas inclusivas com alunos autistas do Ensino Infantil da escola Espaço Livre em Campo Grande MS.

O AUTISMO

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas: “autos” que significa “em si mesmo” e “ismo” que significa “voltado para”, ou seja, o termo autismo originalmente significava “voltado para si mesmo” (LIRA, 2004; GOMES, 2007).

Kirk & Gallagher (1996) apresentam a definição do termo autismo elaborada pela National Society for Autistic Children:

O autismo é um distúrbio de desenvolvimento que incapacita severamente uma pessoa por toda a vida e que geralmente aparece nos três primeiros anos

de vida. Ocorre em aproximadamente cinco entre 10.000 nascimentos e é quatro vezes mais comum em meninos do que em meninas. Tem sido encontrado por todo o mundo em famílias de todos antecedentes racionais, étnicos e sociais. (apud KIRK; GALLAGHER, 1996, p. 421)

De acordo com Almeida (2004) uma das condutas mais típicas é o transtorno invasivo de desenvolvimento, que abrange várias áreas da pessoa: comunicação, interação social, pensamento. O autismo não pode ser definida apenas como uma forma de retardo mental, a palavra autismo atualmente pode ser associada a diversas síndromes que chamamos de espectros de transtorno autísticos, cujos sintomas variam amplamente.

Segundo Martins (2006) atualmente, o autismo está enquadrado nos transtornos globais do desenvolvimento, e é utilizado, para o seu diagnóstico, o agrupamento de alguns critérios estabelecidos pelo Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV) e pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10). De acordo com esses critérios, para ser considerada pessoa com autismo, a criança deve apresentar comprometimento em três áreas principais: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas; modalidades de comunicação; interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos.

Segundo Gauderer (1993) o autismo é a síndrome mais difícil de se compreender, pois possui um aspecto variável de gravidade, uma mudança periódica de sintomas, e inconsistência na nosologia e à falta de sinais físicos específicos.

O “autismo é uma síndrome invasiva, persistente e altamente comprometedora do desenvolvimento da criança, afetando-a de maneira generalizada” (JÚNIOR, 2005 apud MARTINS, 2007, p.58).

Os autistas podem apresentar distúrbios em relação aos objetos, distúrbios de modulação sensoriais, mostrando-se hipersensíveis a estimulação de cores e sons, desorganizando-se em ambientes com vários estímulos. (GUEDES, 2002)

Segundo Grunspun (1999) é freqüente o comportamento de autoflagelação, que pode se iniciar precocemente ou na puberdade, o autista morde as mãos, agride-se com tapas no rosto, socos na cabeça ou se corta com objetos, é um comportamento que pode ocorrer quando a criança é contrariada, mas também pode surgir sem causa.

De acordo com Kirk & Gallagher (1996), autistas são educáveis, e suas deficiências podem ser compensadas, em parte, por programas educacionais estruturados, com seqüências especificadas de aprendizagem e intensificação de estímulos reforçadores. Esses programas educacionais devem começar desde cedo, tendo os pais ou pais substitutos como primeiros professores.

A INCLUSÃO DO AUTISTA

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 4º, inciso III, afirma que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Acontece que as escolas recebem os alunos com necessidades especiais na tentativa de inclusão, mas não realizam as adaptações necessárias para que ocorra de forma efetiva.

Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE (1994) são crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE):

Entende-se por criança com necessidade educacional especial aquela que apresenta claro distúrbio no desenvolvimento, originado durante a gestação, no nascimento, ou nos primeiros anos de vida. São exemplos disso: as deficiências sensoriais; a deficiência motora e mental; as deficiências sociais.

Segundo Bueno (1997) as crianças com NEE precisam ser assistidas por escolas regulares inclusivas pois:

O conceito de portador de necessidades educacionais especiais abrange uma diversidade de sujeitos. Ao ganhar na amplitude e na quebra da estigmatização, perde na precisão. Tanto é assim que, ao lado do termo em questão, é preciso acrescentar a espécie de sujeito sobre o qual estamos nos referindo (p. 40).

Segundo a Declaração de Salamanca:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade. (Declaração de Salamanca, 1994, p.61).

Segundo Klein (2010) a palavra “inclusão” tem sido utilizada como jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas, democráticas e solidárias para com o outro. O ato de incluir vai muito mais além da inserção, é preciso tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas das ditas “normais”.

A inclusão educacional dos alunos com autismo ainda merece muito estudo e muitas reflexões. Plaisance (2004) afirma que inclusão é uma questão ética e que envolve valores fundamentais, pois a obsessão pela inclusão pode tornar invisível as diferenças, e portanto, um profundo desrespeito à identidade.

De acordo com Rocca (2005) a inclusão é uma filosofia e não uma metodologia, sendo assim a criança autista deve ter direito de receber a educação em um ambiente positivo de aprendizagem. Isso pode ocorrer dentro ou fora de uma classe inclusiva, ou ainda de uma forma intermediária de ambas as propostas. O que vai definir em qual das propostas a criança estará serão as próprias características do indivíduo e as condições da escola.

Segundo Mantoan (2006) a escola deve mudar como um todo para atender a todas as necessidades, provenientes dos alunos portadores de necessidades especiais.

Segundo Magalhães et. al. (2013) a inclusão da criança com autismo em sala de aula deve existir de forma consciente, o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido para incluir o aluno no contexto educacional de forma que todos os envolvidos assimilem a situação e conhecimento das metodologias a serem trabalhadas visando à superação de limitações da criança com autismo.

De acordo com Plaisance (2004) a inclusão é uma questão ética, e envolve valores fundamentais, pois a obsessão pela inclusão pode representar uma forma de tornar invisíveis as diferenças, e, portanto, um profundo desrespeito à identidade. Essa é uma das questões que se deve pensar ao planejar a educação dos portadores de necessidades especiais com autismo.

Não podemos esquecer, que por mais importante que seja inserir a criança especial na sala de aula regular, é preciso criar meios para que ela permaneça na escola,

sem que tenha prejuízos em seu desenvolvimento. Nesse sentido, os princípios da escola inclusiva devem garantir conforme Carvalho (2007, p.81 apud BALBINO, 2010, p.41),

- o direito à educação;
- o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais;
- escolas responsivas e de boa qualidade;
- o direito de aprendizagem; e
- o direito à participação.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM AUTISMO: DESAFIOS PEDAGOGICOS

De acordo com Gauderer (1985) apesar dos objetivos educacionais serem para todos, os autistas necessitam de modelos especiais, já que eles apresentam fortes deficiências de comunicação, interação, linguagem e atenção.

A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico (GAUDERER, 1985, p. 14).

Sendo assim, os autistas requerem ambientes educacionais estruturados e adequados às suas necessidades. Cool et al (1995) faz menção de como deve ser esta estrutura tão importante para educação do autista:

[...] 1) em primeiro lugar, refere-se à necessidade de que o ambiente não seja, excessivamente, complexo, senão, pelo contrário, relativamente simples. As crianças autistas têm um maior aproveitamento, quando são educadas em grupos pequenos [...], que possibilitem um planejamento bastante personalizado dos objetivos e procedimentos educacionais em um contexto de relações simples e, em grande parte, bilaterais; 2) em segundo lugar, o ambiente deve facilitar a percepção e compreensão, por parte da criança, de relações contingentes entre suas próprias condutas e as contingências do meio[...]; 3) além disso, o educador deve manter uma conduta educadora[...] estabelecendo, de forma clara e explícita, seus objetivos, procedimentos, métodos de registro, etc. (COOL et al , 1995, p. 286).

A escola inclusiva deve partir de um trabalho pedagógico dinâmico, que exige uma postura de confiança na capacidade do outro, viabilizando um contexto colaborativo e permitindo a evolução do aluno por intermédio de mecanismos de individualização do processo educacional. Requer a recriação da prática pedagógica e a

participação ativa e central do sujeito envolvido. Os alunos considerados graves, sobretudo, exigem da escola movimentos amplos de adaptação e criatividade. (BAPTISTA, 2002)

De acordo com Cool et. al (1995) é preciso que a educação envolva o autista com seu contexto de vida, segundo suas particularidades, para que o autista possa interagir e se tornar “familiarizado” com aquela situação, ambiente, proporcionando o desenvolvimento real do autista e de suas ações.

O trabalho educacional deve ser feito de maneira minuciosa por parte do professor, pois os autistas não aprendem se não estiverem submetidos à condições especiais:

Para promover uma verdadeira aprendizagem, o professor deve ser muito cuidadoso com: 1) a organização e condições estimuladoras do ambiente, 2) as instruções e sinais que a criança apresenta, 3) os auxílios que lhe são proporcionados, 4) as motivações e reforços utilizados para fomentarem sua aprendizagem (COOL et al, 1995, p.288).

Sabemos que colocar o autista numa instituição pode trazer muitos conflitos internos e até mesmo problemas emocionais para os pais. Muitos deles costumam ter a sensação de que estão deixando seus filhos de lado, como se houvesse um sentimento de culpa; isso porque já existe em nosso mundo um sentimento ligado à rejeição do filho deficiente. Com tudo, os profissionais necessitam desenvolver um trabalho com os pais a fim de que eles possam ter oportunidade de tirarem suas dúvidas e resistências para que o afastamento de seus filhos traga benefícios não só a eles, mas à família também. A educação, portanto, precisa estar intimamente ligada à socialização e integração dos autistas, pois o contato com os professores e com as crianças da escola será fundamental (GAUDERER, 1985).

O indivíduo portador do autismo tem uma relação interpessoal falha, apresentando deficiência no contato visual do qual desvia o seu olhar dos olhos dos outros, além disso há uma ausência do sorriso social; em alguns casos, há aversão ao contato físico, desinteresse em participar de jogos e brincadeiras e preferências por permanecer isolado. Sobre esses aspectos, Kaplan (1997) descreve:

Caracteriza-se por uma falta (mas nem sempre uma ausência total) de comportamento de apego e por um fracasso relativamente precoce em vincular-se a uma pessoa específica(...) Observa-se um fracasso em brincar com seus pares e fazer amigos, falta de habilidades sociais e inadequação e, particularmente, fracasso no desenvolvimento da empatia. (p. 981).

Enfim, a educação na escola inclusiva é indispensável à criança autista e cabe-nos ampliar a discussão de modelos e as melhores formas de educá-los. É imprescindível que os educadores sejam conhecedores do transtorno e de suas características inerentes, como também das especificidades do sujeito, para que possam planejar adequadamente as ações a serem praticadas.

Em uma entrevista feita com a professora Juliana, (que preferiu ser apenas assim identificada) que dá aulas no colégio Espaço Livre em Campo Grande MS, tem em sua classe alunos autistas e se predispões a nos ajudar respondendo a uma entrevista semi estruturada sobre a inclusão do aluno autista na sala de aula, segue as perguntas e as respostas da professora:

- Entrevistadora: Como os pais podem ajudar o filho ou a filha que é autista?

Professora Juliana: Primeiramente buscando uma formação específica, praticas pedagogias diferenciadas e buscar a necessidade de cada um. E o mais importante é o afeto, apesar do autista não expressar seu carinho ele sente que é bem acolhido e recebido. mais isso não quer dizer deixar que eles fação o que querem todas as crianças precisam de limite.

- Entrevistadora: Qual o material adequado para essa criança?

Professora Juliana: Não existe um material adequado pois cada um tem sua especificidade, mais a forma que eles assimilam melhor o conhecimento é de maneira lúdica e com matérias concretos

- Entrevistadora: Que imagens e sons são mais susceptíveis de causar sobrecarga sensorial ou confusão na sala de aula?

Professora Juliana: Qualquer tipo de som muito alto deixam eles mais agitados do que o normal, as imagens são relativas alguns apresentam receio a determinadas coisas

- Entrevistadora: Quais são as dificuldades que uma criança com autismo apresenta na sala de aula?

Professora Juliana: Seguir comandos, permanecer sentado e fazer silencio.

- Entrevistadora: Qual o papel do professor frente a inclusão da criança autista?

Professora Juliana: O professor deve buscar formar de se fazer entender por essa criança criar estratégias uma dica é a troca. Se a criança realizar o que lhe é solicitado ela ganha ao final da aula algo que ela goste por exemplo uma bala

- Entrevistadora: O relacionamento estabelecido entre professor e aluno contribui na efetivação do processo inclusivo?

Professora Juliana: Com certeza estabelecer uma relação de afeto é imprescindível pois isso auxiliara para que alcance os objetivos pretendidos posteriormente.

- Entrevistadora: Como educar as crianças sobre autismo em uma prática pedagógica inclusiva?

Professora Juliana: O professor deve promover a integração desse aluno aos demais, estimulando a participar de todas as atividades quando não foi possível propor uma atividade paralela que ele seja capaz de fazer

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que exista inclusão é preciso que haja aprendizagem, e para isso é preciso rever os nossos conceitos sobre currículo, do qual não pode se resumir às experiências acadêmicas, e sim deve se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos especiais ou não.

Os estudos deixaram claro que existe uma necessidade de realizar mais pesquisas relacionadas ao tema autismo e inclusão, pois ainda é grande a falta e preparo dos professores e da população em geral para lidar com essas crianças.

É preciso que os professores sejam capacitados para atender à crescente população de crianças com autismo. E ficou claro a importância da inclusão dessas crianças em escolas regulares para promover experiências de socialização atividades diárias, tornando-as o mais independente possível.

Concluimos que a educação inclusiva é desafiadora, especialmente quando nos referimos à criança com autismo, pois suas características específicas exigem maior empenho por parte dos profissionais em conhecê-las bem como uma adaptação das instituições educacionais à realidade dessas crianças.

REFERÊNCIAS

BALBINO, E. S. **A inclusão de uma aluna com deficiência visual na universidade estadual de alagoas: um estudo de caso.** 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Maceió, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases no 9394/96.** Brasília: MEC, 1996
_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** 3 ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

BRASIL/MJ/CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

BUENO____. **Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente.** In: CASA do Psicólogo. São Paulo: Casa do Psicólogo/CRP, 1997. (Educação Especial em Debate).

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e educação - Necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 1995.

CRUZ, T. S. U. R. **Acompanhamento da experiência escolar de adolescentes autista no ensino regular.** 2009. 174f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

GAUDERER, E C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento – Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais.** São Paulo: Sarvier, 1985.

_____. **Autismo.** 3ª ed., São Paulo: Atheneu,, 1993.

GRUNSPUN, H. **Crianças e Adolescentes com Transtornos Psicológicos e do Desenvolvimento.** São Paulo: Editora Atheneu, 1999.

GUEDES, D. D. **“Meu filho é superdotado?!”:** estudo de um caso com diagnóstico de autismo. Relatório de Pesquisa apresentado no Congresso Psicologia Ciência e Profissão. São Paulo, 2002.

KAPLAN. **Compêndio de Psiquiatria.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KIRK, Samuel; GALLAGHER, James J. **Educação da Criança Excepcional.** 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, A. D. F. **Crianças autistas em situação de brincadeira: apontamentos para as práticas educativas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças – CID 10.** 1993.

PLAISANCE, Eric. **Ética e Inclusão.** Centro de Pesquisas sobre Laços Sociais. Universidade de Paris. Paris, 2004.

